

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

Senhores Acionistas,
Apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2011. Os valores apresentados no Balanço geral representam a situação da Sociedade no período mencionado, entretanto, estamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10	PASSIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	95	43	Fornecedores	7	11	21
Títulos e valores mobiliários	5	9	-	Impostos e contribuições a recolher	8	25	50
Impostos e contribuições a recuperar		3	3	TOTAL DO CIRCULANTE		36	71
Outros ativos circulantes		8	7	NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO CIRCULANTE		115	53	Coligadas e controladas	11	5.922	8.024
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.922	8.024
Imobilizado	6	10.702	8.087	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9		
Intangível		1	2	Capital social		5.231	366
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.703	8.089	Lucro/prejuízo acumulado		(371)	(319)
TOTAL DO ATIVO		10.818	8.142	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.860	47
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.818	8.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Ref.	31/12/11	31/12/10
CUSTO DO SERVIÇO	10	(4)	-
LUCRO BRUTO		(4)	-
Despesas gerais e administrativas	10	(44)	(271)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(48)	(271)
Despesa financeira		(4)	(2)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		(52)	(273)
Imposto de renda e contribuição social		-	(14)
Diferido		-	(14)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(52)	(287)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	366	(32)	334
Lucro líquido do exercício	-	(287)	(287)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	366	(319)	47
Aumento de capital	4.865	-	4.865
Lucro líquido do exercício	-	(52)	(52)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	5.231	(371)	4.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	(52)	(292)
	(52)	(292)

(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Impostos e contribuições sociais a recuperar	-	14
Outros ativos	-	3
	-	17

AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(10)	15
Impostos e contribuições sociais a recolher	(25)	27
Coligadas e Controladas	(2.102)	6.103
	(2.137)	6.145

CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	(2.189)	5.870

ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	4.865	50
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4.865	50
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(2.615)	(5.960)
Títulos e valores mobiliários	(9)	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.624)	(5.960)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	52	(40)
Caixa e equivalentes no início do exercício	43	83
Caixa e equivalentes no final do exercício	95	43
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	52	(40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A GERAÇÃO CÉU AZUL S.A. é uma sociedade de propósito específica (SPE) e consiste na construção e operação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. A energia será produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW e energia assegurada de 172,8 MW médios.

O AHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias. O eixo do barramento situa-se a 174 km da foz do rio Iguaçu, imediatamente a montante da confluência do rio Gonçalves Dias, limite do Parque Nacional do Iguaçu. Pela margem esquerda, o município na área do barramento é Capanema e pela margem direita, Capitão Leônidas Marques, ambos no estado do Paraná.

A usina fornecerá 121 MW médios no mercado regulado e 47 MW médios serão comercializados no mercado livre. A entrada em operação está prevista para 2015.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, mensuração do uso de bem público e realização de impostos e contribuições sociais diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

2.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.5 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3 Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 27.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e depósitos bancários à vista	11	31
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	9
Fundos de investimento	84	3
	95	43

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	9	-
Total				9	-
Circulante				9	-

(*) Diversos vencimentos.

Corresponde ao fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

6 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/11		31/12/10	
	Depreciação Amortização	Valor Líquido	Valor Amortizado	Valor Líquido
Em curso	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado a Ratear	10.702	-	10.702	8.087
Subtotal	10.702	-	10.702	8.087
Total	10.702	-	10.702	8.087

7 Fornecedores

Fornecedores	31/12/11	31/12/10
Materiais e serviços	11	21
Total	11	21
Circulante	11	21

8 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/11	31/12/10
Circulante		
Imposto de Renda - IR	-	4
Imposto Sobre Serviços - ISS	21	20
Outros	4	26
Total	25	50

9 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 5.231 (R\$ 366 em 31 de dezembro de 2010).

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (Em mil)	
	Ações Ordinárias	%
Neoenergia S.A.	5.231	100,0
Total	5.231	100,0

Acionistas	R\$ mil	
	Ações Ordinárias	%
Neoenergia S.A.	5.231	100,0
Total	5.231	100,0

10 Custos e Despesas Operacionais

	31/12/11			31/12/10		
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total	Total
Serviços de terceiros	(4)	-	(35)	(39)	(37)	(37)
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	(106)	(106)
Tributos	-	-	-	-	(1)	(1)
Outros	-	-	(9)	(9)	(127)	(127)
Total custos/despesas	(4)	-	(44)	(48)	(271)	(271)

11 Saldos e Transações com partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/11			31/12/10		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.	Adiantamento - AFAC	-	-	-	-	4.545	-
	Reembolso de despesa	-	713	-	-	139	-
		-	713	-	-	4.684	-
Itapevi	Reembolso de despesa	-	5.209	-	-	3.340	-
		-	5.209	-	-	3.340	-

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Geração Céu Azul S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório de administração, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, as mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa, complementados por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Vice-Presidente

Titulares
Jose Mauricio Pereira Coelho
Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Suplentes
Jorge Luiz Pacheco
Eduardo Capelastegui Saiz
André Luis Dantas Furtado
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emilio Schneider
Diretor-Presidente

Paulo Roberto Dutra
Diretor Técnico

CONTADORA

Claudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG-068369/0-0-T-RJ